

1
2
3
4
5
6

**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

7 Aos oito dias do mês de abril de dois mil e onze realizou-se a Trigésima Sétima Reunião Extraordinária
8 do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar –
9 sala 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos
10 seguintes Conselheiros: **Sra. Jussara Rosa Cony**, Presidente do CONSEMA; **Sr. Mauro Kruter**
11 **Kothar**, representante da Secretaria da Saúde; **Antonio Carlos Green Rivaldo**, representante da
12 Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio; **Sr. Geraldo de Souza Henriques Filho**, representante
13 da Secretaria de Infraestrutura e Logística; **Sra. Eliane Almeida de Souza**, representante da Secretaria de
14 Educação; **Sr. Paulo José Gallas**, representante da Secretaria da Ciência, Inovação e desenvolvimento
15 Tecnológico; **Sra. Mariana Bonelli**, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do
16 Investimento; **Sr. Daniel Dourado Ramos**, representante da Secretaria de Planejamento, Gestão e
17 Participação Cidadã, **Sr. Daniel Cristo de Souza**, representante da Secretaria de Segurança Pública; **Sra.**
18 **Lisiane Becker**, representante da MIRA-SERRA; **Sra. Maria Carmen Sestren Bastos**, representante do
19 INGÁ; **Sr. Fábio Bueno**, representante da AGAPAN; **Sr. Daniel Chies**, representante da ONG Amigos
20 da Floresta; **Sr. Darci Bernech Campani**, representante do Instituição Universitária Pública; **Sr. Paulino**
21 **Olivo Donatti**, representante da FETAG; **Sr. Torvaldo Antônio Marzolla Filho**, representante da
22 FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, representante da FARSUL; **Sr. Fernando Hartmann**,
23 representante da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**,
24 representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. João Paulo Steigleder**, Representante Titular do
25 DEFAP – Corpo Técnico; **Sr. Juarez Jeffman**, representante da FEPAM. Participaram também da
26 reunião como convidados: Denise Trindade e Adão Fagundes – ALERGS; Luiz Carlos Mudri e Robson
27 Pires de Liz – MASISA; Juliana Stangherlis – Veirano ADV; Thiago Pacheco Costa Krebs e Rafael
28 Simões – SEMA; Marilene Conde e Normélio Eckert – FIERGS; Monique Ferraz – SETA SA; Balsino –
29 FAMURS; Marcelo Pretto Mosmann – INGÁ; Cíntia Barenho – APEDEMA-RS; André José - SEDUC;
30 Ricardo Kenler – Arvore Plus Ltda. **Pauta: 1. Alteração na Resolução nº 187/2008 do CONSEMA,**
31 **sobre o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul.**
32 Os trabalhos foram abertos e presididos pela Sra. Jussara Rosa Cony – representante da Secretaria do
33 Meio Ambiente, e secretariados pela Sra. Andréa Neves – Secretaria Executiva do SEMA. **Sra.**
34 **Presidente (Jussara Rosa Cony):** Boa-tarde a todos. Já temos *quorum* suficiente para nossa Trigésima
35 Sétima Reunião Extraordinária do CONSEMA, antes de mais nada, queria fazer dois agradecimentos. O
36 primeiro agradecimento faço a este conselho, que rapidamente deu resposta – e uma resposta positiva – à
37 necessidade objetiva que temos de encaminhar para discussão e votação uma resolução do nosso
38 Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em seguida, pautaremos a temática, que já é de conhecimento de
39 todos. O segundo agradecimento quero fazer à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,
40 que prontamente atendeu a uma solicitação feita por este plenário e assumida por nós. Para que as nossas
41 atas transmitissem a realidade objetiva das nossas reuniões e as decisões, precisávamos de um serviço de
42 taquigrafia, o que não temos. Convivi 16 anos com a Taquigrafia da Assembléia Legislativa e posso
43 garantir aos senhores que são profissionais da mais alta qualidade – e agora este conselho me permite
44 matar um pouco a saudade do processo coletivo que durante 16 anos vivenciamos na Assembléia
45 Legislativa. Quero fazer um agradecimento em nome do conselho, da secretaria e do próprio governo do
46 Estado a esses servidores. Sejam muito bem-vindos. Agradecemos sua valiosa contribuição para o
47 desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, que passa por este conselho neste momento. Muito
48 obrigada. Temos aqui as indicações. Praticamente nos conhecemos todos, mas talvez haja novos
49 conselheiros; por isso, faremos uma rápida apresentação. O secretário adjunto da Segurança Pública,
50 *Juarez Pinheiro*, que participa de outra atividade, chamado pelo Sr. Governador, indica o servidor *Daniel*
51 *Souza* para representá-lo nesta reunião. *Celso Bittencourt dos Anjos*, diretor do Centro Estadual de
52 Vigilância em Saúde, destaca a importância do CEVS aqui – fico muito satisfeita com o nosso diretor – e
53 indica *Mauro Kothar*. É um prazer tê-lo aqui. Agradecemos ao CEVS. O secretário adjunto *Claudemir*,
54 de Infraestrutura e Logística, indica o servidor *Antônio Geraldo de Souza Henriques Filho*. A Secretaria
55 de Desenvolvimento já tinha apresentado sua representação. Está conosco, hoje, a *Mariana*. A Secretaria

56 de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio está representada pelo engenheiro agrônomo *Antonio*
57 *Carlos Rivaldo*. A Secretaria de Gestão e Participação Cidadã faz sua primeira indicação, o servidor
58 *Daniel Dourado Ramos*. É um prazer conhecê-lo. O *Baltazar Balbo* já está conosco pela Secretaria de
59 Infraestrutura e Logística. Não o vejo, mas deve estar chegando. A FEPAM também faz sua indicação. O
60 *Carlos Fernando Nidesberg*, diretor-presidente da FEPAM não está aqui presente porque se encontra em
61 Brasília, participando de uma reunião, com todos os representantes dos governos dos Estados do Brasil,
62 para a construção de uma proposta conjunta da Abema em relação às quatro temáticas – tenho impressão
63 de que ficaram nessas quatro temáticas. Da outra reunião, nós participamos. Como ele é meu suplente, foi
64 a Brasília para discutir as temáticas que a Abema vai apresentar relativamente ao Código Florestal. Eu
65 não poderia deixar de estar aqui hoje, então a FEPAM está nos representando, porque também é nossa
66 suplente, lá na reunião da Abema. A Sra. Sabine Lanzer, da ONG Amigos da Floresta, uma das nossas
67 organizações não governamentais, ainda não chegou. Fazem parte da APEDEMA, não é? **A Sra.**
68 **LISIANE BECKER** – (manifestação longe do microfone). **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Mas
69 têm assento? **A Sra. LISIANE BECKER** – (manifestação longe do microfone). **A Sra. PRESIDENTE**
70 (Jussara Cony) – Têm assento, mas não participam da APEDEMA. Desculpe-me, Sra. Lisiane Becker,
71 mas ainda não tomei ciência dos que são da APEDEMA e dos que não são. Mas todos são muito bem-
72 vindos. Pergunto por que este quorum qualificado tem a maior possibilidade de nos informar, e é bom que
73 nos conheçamos todos. O Sr. Felipe Amaral e a suplente, Sra. Yara, do Instituto Biofilia, justificam que
74 estão impedidos de participar por motivos profissionais. O pessoal trabalha, e estamos em horário de
75 trabalho. Como se trata de uma convocação extraordinária, talvez não tenham conseguido se organizar. O
76 Centro de Biotecnologia da UFRGS também justifica ausência. (ininteligível) 24 horas de antecedência,
77 impede uma programação. Esta agenda, parece-me, é muito simples. É de muita responsabilidade, mas é
78 simples resolver. Não é simplista. É de simples resolução, mas, segundo a nossa compreensão, é de muita
79 responsabilidade. O CONSEMA tem uma resolução, no uso de suas atribuições, levando em consideração
80 o zoneamento ambiental da silvicultura e os prazos para a regularização das áreas com plantios florestais
81 junto à FEPAM, aprovados em 2008. O prazo final para o cadastramento dos empreendimentos, tanto os
82 de porte médio como os pequenos e mínimos, foi estabelecido por essa resolução. Há o interesse do
83 Estado, e a procura por parte também dos empreendedores, em licenciar a atividade da silvicultura. A
84 redação é essa, mas acho que é mais do que interesse do Estado. Sob a ótica da nossa gestão, é interesse e
85 responsabilidade do Estado. Colocaria, aqui, “interesse e responsabilidade do Estado”, mantendo “e a
86 procura por parte do empreendedor de licenciar a atividade da silvicultura”. Temos a necessidade
87 premente de promover a adequação ambiental e a não criminalização do empreendedor; por isso, esta
88 reunião se faz necessária, já que, a partir do dia 11 de abril, estariam todos na ilegalidade. Todos os
89 senhores sabem que entramos há três meses aqui. Essa é uma das questões que recebemos sem solução, e
90 necessariamente temos de lhe dar uma solução, principalmente em relação aos pequenos. Os
91 empreendedores de porte maior têm mais informação, as coisas estão andando. Há dificuldades internas,
92 porque estamos construindo o Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental. Ao fim e ao cabo, todos
93 sabem, melhor do que eu, que as coisas andaram, digamos, num patamar lento demais, considerado a
94 importância dessa resolução, e nós precisamos agir com rapidez, começando pela possibilidade do
95 cadastramento. Parece-me que a primeira coisa que temos de fazer é informar. Há muito pequeno que não
96 sabe da informação, não veio, não fez, tem dificuldade. Se não prorrogarmos o prazo, estaremos, a partir
97 de 11 de abril, todos nós – não só a SEMA, mas o próprio conselho –, de certa forma, criminalizando o
98 empreendedor por não termos feito, em momento anterior, o que era de nossa responsabilidade. Acho que
99 tanto o órgão institucional quanto o próprio conselho, de modo geral – eu, pelo menos, penso assim, pois
100 é uma resolução do CONSEMA, e o CONSEMA tem suas atribuições –, devem estar juntos inclusive no
101 sentido de ter uma metodologia de acompanhamento da efetivação de diretrizes, metas e ações. Na
102 primeira reunião em que pudermos passar dessa primeira instância – não quero que demore mais do que
103 duas ou três reuniões –, vamos apresentar, enfim, o projeto de como pensamos estruturar a secretaria e,
104 mais do que isso, torná-la uma gestora ambiental mesmo. Todos do conselho sabem como informamos na
105 última reunião, que estamos realizando um seminário com os trabalhadores para que possamos ter a sua
106 visão e também a visão da sociedade quanto aos rumos que temos de dar nessas três importantes
107 instituições na perspectiva de uma política, um órgão unificado, a SEMA e suas fundações. Então,
108 senhores, eu não quero me alongar. Houve uma solução da FIERGS, da FETAG e de outros conselheiros

109 preocupados. A nossa equipe está preocupada principalmente do ponto de vista do DEFAP. Houve a
110 sugestão de que prorrogássemos pelo período de dois anos. Estou encaminhando, se me permite, pelo
111 período de um ano, porque é responsabilidade nossa, como gestores, agilizar. Queremos agilizar, dar
112 transparência e cumprir nossas responsabilidades. Queremos, por orientação dos nossos trabalhadores,
113 olhando isso aqui como algo estratégico para o desenvolvimento com sustentabilidade, em um ano
114 resolver o prazo para cadastramento dos empreendimentos em silvicultura de porte médio, pequeno e
115 mínimo, começando pela informação correta e pela busca ativa, eu diria – na saúde, trabalhamos muito
116 com isto, a busca ativa. É responsabilidade nossa fazer essa busca, informar e atender. Temos agências,
117 balcões no interior do Estado. Então vamos fazer o encaminhamento dessa maneira. De parte da
118 secretaria, eu teria de dar essa informação e solicitar às senhoras e aos senhores que nós, como conselho,
119 aprovássemos – encaminho pela aprovação – essa resolução. Havia dois caminhos: ou essa resolução, ou
120 a secretária faria uma portaria. Eu me nego fazer uma portaria sem passar pela resolução do conselho.
121 Isso não é democratizo; é democratização de decisões. Uma resolução do conselho, se precisa ser
122 prorrogada, revogada, etc., passa pelo conselho. Não gostaria ter de fazer isso e acho que não há
123 necessidade, pela compreensão e pelo conhecimento dos membros desse conselho. Então encaminho para
124 que possamos efetuar essa votação. Se alguém quiser fazer alguma intervenção, vamos procurar limitar
125 em dois minutos – é uma reunião extraordinária, todos têm atividades – as manifestações no sentido de
126 contribuir para uma resolução, ainda mais uma resolução como esta. Passo a palavra à Lisiane Becker. **A**
127 **Sra. LISIANE BECKER** – Represento a Mira-Serra, não tenho nada contra, mas acho que ficaria mais
128 tranqüilo se colocássemos algum artigo ou algum item nessa proposta, dizendo que só é válida para
129 aqueles anteriores à formação do zoneamento, e não para os novos, que estão começando o processo. Essa
130 prorrogação seria só para os anteriores. **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Para os novos, acho que
131 não temos de prorrogar. Recém está começando o processo. **A Sra. LISIANE BECKER** – Isto:
132 prorrogar só para os antigos. É preciso deixar bem claro, pois já está havendo confusão nesse sentido. **A**
133 **Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Sim, fica tranqüila. Acho que é uma boa idéia. **A Sra. LISIANE**
134 **BECKER** – A outra, concordo plenamente com a senhora – já tinha até me programado para dizer isso –,
135 é fazer uma ampla divulgação. Eu, particularmente, trabalho em recônditos – até ficam dando licença para
136 lugares que nem podiam, porque não vão ao local. Pediria que fosse amplamente divulgado que está
137 havendo esse cadastro e que houvesse uma facilitação de acesso ao cadastro. Conhecemos Municípios
138 como, por exemplo, São Francisco de Paula, que é enorme, tem um vasto território e onde não existe
139 acesso à informação, a não ser por rádio. Pediria que fosse realmente fácil e que se pudesse, por exemplo,
140 até contar com a participação de outras entidades, como a EMATER, para ajudar nesse cadastro. **A Sra.**
141 **PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Muito obrigada, Lisiane. Ótimo. É essa a nossa intenção. Acho que
142 vamos poder usar o resgate, que fizemos e já está funcionando, da tripartite: Ibama, SEMA e FAMURS.
143 A FAMURS será uma importante companheira. Conversei muito com a representação da FETAG, que
144 está em Brasília, sobre a importância de estarem aqui. E é importante a nossa agilização interna também.
145 Tu pode fazer a redação do art. 3º? Acho que seria o art. 3º. **O Sr. TIAGO** – (manifestação longe do
146 microfone). **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Sua manifestação poderia ser feita após o último
147 inscrito – aí a assessoria jurídica dá o arcabouço final. Passo a palavra ao Sr. Eduardo, do Comitê de
148 Bacias. **O Sr. EDUARDO STUMPF** – Sou engenheiro agrônomo e representante dos comitês. Os
149 comitês, em princípio, são favoráveis a essa prorrogação. Embora eu não tenha tido tempo hábil de fazer
150 uma consulta aos comitês, tenho delegação dos comitês – uma representatividade de 700 pessoas – e
151 posso dizer que somos favoráveis. O testemunho que eu gostaria de dar é no sentido de que, na FEPAM,
152 onde trabalhei 15 anos – o Juarez está aqui e é testemunha disso –, tivemos um fato parecido, que foi o
153 cadastro dos irrigantes. Tínhamos um prazo, em 1998-1999, e chegamos ao prazo final com 1.200
154 irrigantes cadastrados. Houve uma certa polêmica, e o prazo foi prorrogado por seis meses, período em
155 que conseguimos cadastrar 8 mil irrigantes. Hoje temos um sistema de licenciamento de irrigantes – a
156 meu ver – muito bom. Muito obrigado. **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Registro a presença do
157 representante da FETAG. O próximo orador é Sr. Ivo Lessa Silveira, da FARSUL. **O Sr. IVO LESSA**
158 **SILVEIRA** – Boa tarde, secretária e nossa presidente. Em nome da FARSUL, quero parabenizá-la como
159 o fiz no dia da posse, mas agora perante o nosso CONSEMA, e cumprimentar os demais conselheiros.
160 Quero manifestar o nosso apoio à resolução, da qual tomamos conhecimento ainda ontem. Minha
161 manifestação é para dizer que, quando recebi a comunicação das entidades para que agilizássemos essa

162 prorrogação, eu mesmo respondi que o assunto deveria ser encaminhado ao CONSEMA, até porque o
163 zoneamento ambiental da silvicultura foi criado dentro deste conselho. Portanto, fico contente com a
164 pronta atitude para que de forma rápida possamos discutir e votar uma resolução de interesse tanto do
165 governo como dos investidores. Com relação à manifestação da Lisiane, da Mira-Serra, entendo que o
166 zoneamento ambiental da silvicultura aborda a regularização das atividades anteriores à formação do
167 zoneamento. Estou entendo que essa prorrogação não atende aos produtores que começaram a implantar a
168 silvicultura após a aprovação do zoneamento. Não sei se precisaríamos ou não promover alguma
169 modificação. Entendo que a resolução atende à necessidade que foi colocada, mas existe no zoneamento
170 uma posição anterior à sua aprovação. Portanto, fiquei com essa dúvida. **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara
171 Cony) – Faremos um destaque disso, votando em separado, e depois votaremos a redação original se há
172 duas posições. **O Sr. IVO LESSA SILVEIRA** – Não há duas posições. Acredito que isso ficou bem
173 claro na resolução, de que seria referente à regularização das atividades anteriores à aprovação do
174 zoneamento. Após a sua aprovação, já havia regras para encaminhar. Muito obrigado, secretária. **A Sra.**
175 **PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Mas há duas compreensões. Vamos continuar e, depois, faremos o
176 encaminhamento. A questão central são os art. 1º e 2º. Depois, se houver alguma divergência, faremos
177 uma redação e a colocaremos em votação. Mas a base do que precisamos são esses dois artigos. Concedo
178 a palavra à Maria Carmen Bastos, do INGÁ. **A Sra. MARIA CARMEN BASTOS** – Boa tarde. Quanto
179 ao que o colega acabou de falar, acredito ser melhor haver redundância do que falta de informação.
180 Acredito, portanto, que seria interessante, sim, reforçar na resolução que ela se refere às plantações
181 anteriores à aprovação do ZAS, ocorrida em 2008. Concordo plenamente com a colega que afirmou que
182 isso deveria ter uma ampla divulgação, e talvez seja interessante que isso esteja expresso na resolução. **A**
183 **Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Expressei isso na minha intervenção inicial. Isso será adicionado
184 pela Lisiane, pode ficar tranqüila. **A Sra. MARIA CARMEN BASTOS** – Que bom. Acredito também
185 que seria respeitoso, quanto ao tratamento do CONSEMA, que a FEPAM nos informasse o quanto já foi
186 regularizado até o momento, já que o prazo está findando, e o quanto falta regularizar. Se tivermos um
187 prazo de 2008 até agora e – digamos – apenas 10% foi regularizado, é porque algo precisa ser feito, e esse
188 um ano a mais não resolverá. Talvez a ampla divulgação e a facilidade do acesso dos plantadores
189 possibilitem que se faça essa regularização em um ano, mas temos que pensar com planejamento. Falando
190 em planejamento, minha proposta é no sentido de que, nessa resolução, seja estabelecida uma
191 obrigatoriedade para que, em dois ou três meses, sejam levantadas todas as propriedades que precisam se
192 regularizar e um cronograma com prazo de regularização. Precisaríamos ter um cadastro de todos os
193 proprietários que precisam se regularizar. E aqueles que precisam fazer mapeamento e reunir documentos
194 que nos digam de qual prazo necessitam. Não sei se isso seria feito diretamente com o empreendedor ou
195 com uma representação geral dos empreendedores do plantio de pinus, eucaliptos e silvicultura em geral.
196 **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara Cony) – Sou a próxima oradora inscrita e falarei como conselheira. **A**
197 **Sra. JUSSARA CONY** – Primeiramente, sugiro que na parte da resolução que diz *considerando o*
198 *interesse do Estado* fosse adicionada a palavra *responsabilidade*. Portanto, a redação do terceiro
199 considerando passaria a ser *considerando o interesse e a responsabilidade do Estado*. Creio que com isso
200 responderíamos ao que a conselheira Maria Carmen levantou. Uma proposta de resolução estabelece
201 princípios, e, quanto mais enfática for, melhor para que as coisas aconteçam. Numa proposta de
202 resolução, não se faz planejamento de metas e de prazo. Isso é responsabilidade do Estado. Iniciei esta
203 reunião dizendo que a Secretaria e a FEPAM estão projetando um ano, embora nos tenham sido sugeridos
204 dois anos. Conversamos com os técnicos e consideramos que estamos em um outro momento de gestão.
205 De 2008 até agora é uma coisa, de 1800 até agora é outra, de 1500 – quando o Brasil foi descoberto – até
206 agora é outra. Agora estamos com um planejamento estratégico de gestão, para fazer gestão no Estado do
207 Rio Grande do Sul. Afirmei isso na primeira reunião do conselho e agora estou falando como conselheira
208 inclusive para cobrar, se necessário for, de nós mesmos. Portanto, parece-me que adicionarmos
209 *planejamento, obrigatoriedade* dentro de uma resolução que estabelece princípios, vamos estar
210 complicando o processo. Ou se tem ou não se tem gestão. Se a Secretaria e a FEPAM, consultando os
211 técnicos, estão dizendo que em um ano podemos fazer é porque teremos metodologia. Outro aspecto que
212 abordei ao abrir esta reunião é que temos que discutir com este conselho, gradativamente, o que eu
213 chamaria de um processo mais participativo entre nós. Do ponto de vista da Secretaria, após
214 apresentarmos, depois do seminário com os trabalhadores, neste conselho, a nossa proposta de gestão para

215 que seja discutida e avaliada, estaremos estabelecendo um processo de participação para apresentação
216 trimestral de tudo o que estamos fazendo, e não de apenas uma atividade. Na audiência pública que
217 ocorreu na Assembléia Legislativa, dissemos à Comissão de Saúde e Meio Ambiente que gostaríamos de
218 fazer aquilo que a própria Constituição determina, que é apresentar trimestralmente à comissão o processo
219 de gestão. E possivelmente isso vá ocorrer. Portanto, Maria Carmen, começamos a acrescentar numa
220 resolução como esta obrigatoriedade de prazo, se vai ser em outubro ou dezembro... Isso vai depender,
221 antes de mais nada, de gestão e de uma relação diferenciada com os trabalhadores, começando com o
222 respeito aos trabalhadores daqui de dentro, que sofrem acúmulo de trabalho não por sua culpa, mas até
223 certo ponto por falta de gestão. Afinal, esta é uma Secretaria nova, que surgiu de desdobramentos. É
224 complicado. Iremos implantar o SIGA – Sistema Integrado de Gestão Ambiental – e o Zoneamento
225 Econômico e Ecológico. Ganhamos isso na carta-consulta após articulações com o Ministério da Saúde.
226 Isso tudo para aprovarmos aquilo que chamo de paciência revolucionária. Não se trata de nenhuma
227 revolução sangrenta, mas, sim, da paciência de quem quer construir um projeto. E aí tem de ter muita
228 capacidade de, aos poucos, ir construindo com a participação de todos. A resolução é para resolver
229 questões que não foram resolvidas e – mais do que isso – para que possamos dar um salto de qualidade
230 em relações inclusive com aqueles que produzem no nosso Estado. Acredito que a resolução tem de sair
231 assim. Retorno à presidência da reunião para encaminhar esse processo. **A Sra. PRESIDENTE** (Jussara
232 Cony) – Solicito que o Tiago e a Lisiane redijam a alteração e passem à mesa para que a coloquemos em
233 votação. Todos entenderam? Como presidente do conselho, encaminho pela aprovação da resolução na
234 íntegra. Em seguida, colocaremos em apreciação o considerando que está sendo elaborado pela FARSUL
235 e pela Lisiane Becker. Em votação a resolução do CONSEMA nos moldes em que foi apresentada.
236 Aqueles que concordam se manifestem. Os contrários permaneçam como estão. (pausa). Com 23 votos –
237 a unanimidade dos presentes – favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a resolução. Agora
238 votaremos à alteração da redação da resolução. Onde está registrado *considerando o interesse do Estado*,
239 solicito acrescentar a expressão *e a responsabilidade*. Assim, a redação final sugerida é: (...) *considerando o interesse e a responsabilidade do Estado*. Em votação a nova redação. Aqueles que
240 concordam se manifestem. Os contrários permaneçam como estão. (pausa). Com 23 votos favoráveis e
241 nenhum voto contrário, está aprovada a alteração. Agora votaremos à alteração da redação do segundo
242 considerando da resolução. Onde está registrado *pela resolução do CONSEMA nº 187/2008*, acresça-se
243 (...) *ou seja, anteriores à data da referida resolução*. Em votação a nova redação. Aqueles que concordam
244 se manifestem. Os contrários permaneçam como estão. (pausa). Com **23 votos favoráveis e nenhum voto**
245 **contrário**, está **aprovada por unanimidade** a alteração. Acredito que este conselho demonstrou uma
246 maturidade e uma compreensão do significado do que estamos fazendo em toda a sua articulação em
247 benefício do nosso Estado. Agradeço pela presença de todos e declaro encerrada esta reunião. Foi lavrada
248 a presente Ata Declaratória, que vai assinada pelos Conselheiros presentes a reunião.
249

250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267

Jussara Rosa Cony
CONSEMA

Mauro Kruter Kothar
Secretaria da Saúde

Antonio Carlos Green Rivaldo
Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio

268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320

Geraldo de Souza Henriques Filho
Secretaria de Infraestrutura e Logística

Eliane Almeida de Souza
Secretaria de Educação

Paulo José Gallas
Secretaria da Ciência, Inovação e desenvolvimento Tecnológico

Mariana Bonelli
Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Daniel Dourado Ramos
Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Daniel Cristo de Souza
Secretaria de Segurança Pública

Lisiane Becker
MIRA-SERRA

Maria Carmen Sestren Bastos
INGÁ

Fábio Bueno
AGAPAN

Daniel Chies
Amigos da Floresta

321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358

Darci Bernech Campani
Instituição Universitária Pública

Paulino Olivo Donatti
FETAG

Torvaldo Antônio Marzolla Filho
FIERGS

Ivo Lessa Silveira Filho
FARSUL

Fernando Hartmann
Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

Eduardo Osório Stumpf
Comitês de Bacias Hidrográficas

João Paulo Steigleder
DEFAP – Corpo Técnico

Juarez Jeffman
FEPAM